

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**05 a 07 de
MAIO
2018**

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

VITOR VOGAS

PRAÇA OITO



A própria Amages prepara um requerimento a ser apresentado à Justiça em breve, para garantir a nomeação dos candidatos.

Gama entre a cruz e a espada

“Agora somos passageiros do trem do desespero, porque estamos com o tempo contado. São pouquíssimos dias para conseguir uma decisão administrativa. Esse concurso foi minha vida nos últimos quatro anos.” O desabafo é de Rodrigo Lima Rangel, morador de Vitória. Ele é um dos 14 candidatos classificados e aprovados no último concurso para juízes substitutos promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJES), mas ainda não nomeados. O grupo ainda tem esperança de tomar posse, mas esta se esvai com o passar do tempo, e mais ainda a cada dia até o próximo dia 26, quando expira o prazo de validade do concurso, homologado em 26 de maio de 2014 pelo então



presidente do TJES, Sérgio Bizzotto.

Segundo Rodrigo, desde 2014, eles já se reuniram cerca de 15 vezes com a direção da tribunal. Em vão. No fim de fevereiro, ele e outros dez candidatos moveram ação na Justiça reclamando seu “direito subjetivo à nomeação e à posse”. Entretanto, a juíza Heloísa Cariello não

acolheu o pedido de nomeação imediata. Como declarou na coluna de ontem, o atual presidente do TJES, desembargador Sérgio Gama, considera-se impedido de fazer as nomeações até o dia 26, a menos que haja alguma decisão judicial em favor dos candidatos. Isso em razão da situação fiscal do Poder Judiciário capixaba. Gama

teme que, com isso, o tribunal volte a ultrapassar o limite legal de gasto com pessoal, como ocorreu entre 2015 e 2017.

Por outro lado, todos (OAB, Associação de Magistrados, candidatos e o próprio Gama) admitem o déficit de juízes hoje existente nas comarcas e, conseqüentemente, a necessidade de reposição do efetivo. A situação é agravada pelo fato de a Justiça estadual ter passado dez anos sem nomear um só juiz, de 2004 a 2014.

O dilema do presidente, então, é o seguinte: se ele resolve um problema, pode agravar outro, e vice-versa. Se nomeia os aprovados, Gama (também ele, precipuamente, um juiz) faz justiça a esses candidatos e ajuda a melhorar a prestação do serviço jurisdicional, mas pode desequilibrar as contas. Se não os nomeia, mantém o equilíbrio fiscal, mas as Varas continuam desprovidas de juízes e os habilitados para serem juízes continuam desprovidos do direito de ocupar o cargo para o qual foram aprovados.

Estes últimos têm vários argumentos para defender a própria nomeação.

Para candidatos, nomeações são urgentes

O primeiro argumento dos aprovados que aguardam as nomeações contraria a fala de Sérgio Gama. O presidente do TJES afirma estar de mãos atadas e não poder realizar as nomeações por ato administrativo, por uma questão de responsabilidade fiscal, deixando as decisões nas mãos da Justiça (e de Deus). Rodrigo Lima Rangel contrapõe que, na verdade, há independência entre as decisões das esferas jurídica e administrativa. Para ele, mesmo que a Justiça tenha negado o pleito dos candidatos no primeiro grau, isso não impede que o presidente da Corte proceda administrativamente em favor dos candidatos.

“Essa declaração dele, de que a decisão está nas mãos da Dra. Heloísa, eu sinceramente não consigo entender. Ele já exclui a possibilidade de uma decisão administrativa. Mas uma coisa não tem

nada a ver com a outra. A seara administrativa é completamente independente da jurídica. É uma questão de vontade política”, argumenta o candidato.

Melhora econômica

Gama está mostrando a máxima prudência com a questão fiscal, para não criar despesas adicionais e assim extrapolar os limites legais. Mas, na visão dos candidatos, o maior problema que jogou o TJES na crise fiscal não foram os próprios gastos com pessoal e sim a queda vertiginosa na receita total do Estado de 2015 a 2017. E isto, para eles, já estaria superado. Tanto é assim, alegam, que o percentual de gastos com pessoal do TJES hoje está em 5,62% da receita corrente líquida estadual nos 12 meses anteriores, percentual registrado no último mês de março. O limite é 6% da

receita. No auge da crise, em agosto de 2015, esse índice chegou a 6,3%.

“O que houve foi uma queda brutal de receita estadual por conta da crise financeira. As projeções de receita feitas em 2014 se frustraram. Nessa crise, não faltava dinheiro para pagar. O que impedia o TJES de fazer novas nomeações era o limite legal de gasto com pessoal. Mas desde 2017 a receita do Estado melhorou um pouco, de modo que agora o TJES tem um espaço. O impeditivo não existe mais”, afirma Rodrigo.

O déficit de juízes

Pelos cálculos dos candidatos, confirmados por Gama, atualmente existem cerca de 50 Varas no Espírito Santo desprovidas de juízes. “É como se fossem postos de saúde sem médicos”, compara Rodrigo. “A nomeação é um anseio nos-

so, claro, mas também é um anseio de todo o Judiciário capixaba. No interior, a prestação jurisdicional é uma ficção.”

A questão dos servidores

Gama assumiu a presidência em dezembro de 2017. No mês seguinte, concedeu aos servidores do Judiciário uma reposição salarial que estava represada desde o fim de 2015. O funcionalismo incluiu outras reivindicações, como nova recomposição salarial. Sem poder atender a todos, Gama terá que priorizar.

“O aumento para os servidores inviabiliza a nossa nomeação agora, mas a recíproca não é verdadeira. O aumento pode ser feito mais à frente, até de forma retroativa. Já a nomeação de juízes só pode ser feita até o dia 26 de maio. Sabemos que ambas as demandas são urgentes. Mas apresentamos a Gama um estudo mostrando que, se ele der o aumento, inviabilizará nossa nomeação”, salienta o representante dos candidatos.

Salário inicial

Atualmente, um juiz substituto de 1º grau inicia a carreira com salário bruto de R\$ 27,4 mil.

Vagas ociosas

Pelos cálculos da Amages e dos candidatos, a Justiça estadual capixaba tem hoje 99 cargos de juízes não preenchidos e 48 Varas se encontram sem juízes.

Vagas ocupadas

Segundo o presidente da Amages, hoje a Justiça estadual tem 337 membros, divididos em juízes de 1º grau (309) e desembargadores (28). Aproximadamente metade atua nas Varas da Grande Vitória. “Para você ter uma ideia, hoje temos menos juízes do que em 2004”, afirma Turibio.

Entenda a novela

O concurso em questão consiste em



LIDERAR É ...

O multicampeão Bernardinho deu palestra sobre liderança para a equipe do governador Paulo Hartung. André Garcia aproveitou para publicar esta foto ao lado do próprio Bernardinho e da secretária de Comunicação, Andréia Lopes, e provar que, até na escolha das palavras, está hartungando: “Liderar é fazer o certo, ainda que haja incompreensões e insatisfações”

uma novela iniciada em 2006, ano em que foi lançado o edital. O CNJ chegou a suspender o processo algumas vezes. As provas foram realizadas a partir de 2011, e o concurso foi enfim homologado em 2014. Inicialmente, o edital previa o provimento de 30 vagas, além

de formação de cadastro de reserva.

Convocados

Porém, ao longo desse tempo, surgiram novas vagas, por causa, por exemplo, de aposentadorias ou falecimentos. Desde 2014, foram chamadas dezenas dos que

haviam ficado no cadastro de reserva. Ao todo, cerca de 85 candidatos foram considerados aprovados, dos quais cerca de 70 chegaram a ser nomeados e empossados. Mas alguns deles já deixaram o cargo, porque depois passaram em outros concursos.

“Deus a ilumine”

O presidente do TJES, Sérgio Gama, dirige suas preces no momento à juíza e colega Heloísa Cariello, titular da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, onde tramita o processo movido pelos 14 candidatos pendentes de nomeação. Ela já negou a liminar requerida. Eles recorrem da decisão. “É uma decisão dela, é uma convicção jurídica dela. A mim só cabe torcer para que Deus a ilumine. Ela é uma excelente magistrada, muito preparada, muito competente. Tenho certeza que ela vai refletir muito sobre isso e vai encontrar a melhor solução.”

vvogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

VITOR VOGAS

PRAÇA OITO



O governador Paulo Hartung nomeou Amarildo Lovato no cargo de diretor-geral do Ipem-ES. Ele é ex-presidente estadual e atual vice-presidente estadual do PSL, partido de Jair Bolsonaro.

A novela do concurso do TJES: últimos capítulos

Com 14 candidatos classificados e aprovados, mas ainda não nomeados, o concurso para ingresso na magistratura estadual homologado em 2014 está prestes a ter o "prazo de validade" esgotado. A homologação do concurso, período em que a direção do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) ainda pode nomear e empossar aprovados por ato administrativo, vence no próximo dia 26.

Aguardando a nomeação por anos a fio desde que o então presidente do TJES, Sérgio Bizzotto, homologou o concurso, os "sem nomeação" se organizaram e tomaram uma série de iniciativas para garantir o preenchimento das vagas. Após inúmeras reuniões com os três presidentes que passaram pelo cargo no período (Bizzotto, Annibal de Rezende Lima e o atual, Sérgio Gama), 11 deles ingressaram com ação ordinária na Justiça comum, em 19 de fevereiro, requerendo a nomeação imediata e a prorrogação do prazo do concurso. A ação foi protocolada na 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, ficando a cargo da juíza Heloísa Cariello.

Em entrevista à coluna, Sérgio Gama afirma com grande pesar que não fará as nomeações, por mais que isso lhe doa, a menos que a Justiça tome alguma decisão que o obrigue a tomar essa atitude. Embora se declare solidário ao pleito dos candidatos, Gama alega não ter espaço fiscal, hoje, para nomear mais juízes sem incorrer em risco de voltar a ultrapassar o limite legal de gastos do Judiciário com pessoal imposto pela Lei de Responsa-

bilidade Fiscal – pesadelo real vivido pelo TJES em passado ainda muito presente. Diz torcer, porém, por uma decisão favorável aos candidatos na esfera judicial.

"Você imagine a nossa aflição e a nossa apreensão, precisando preencher essas vagas, mas sem poder. Torço para que Deus ilumine a doutora Heloísa."

Iluminada ou não, a juíza já tomou sua decisão em caráter liminar. E não foi favorável aos candidatos. Sucintamente, na sentença – expedida quatro dias após a distribuição –, Cariello sustenta que os candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital (30) "possuem mera expectativa de direito à nomeação" e que, sendo assim, a decisão de nomeá-los ou não é "discricionária da Administração Pública" – ou seja, cabe exclusivamente à direção do TJES neste caso. Bola de volta para Gama.

Inconformados, os candidatos apresentaram recurso, na mesma Vara, contra a decisão inicial. No momento o processo se encontra com a Procuradoria-Geral do Estado, representante da outra parte da ação (o Estado do Espírito Santo), para alegações. Depois disso, a tendência é que os autos sejam remetidos à 2ª instância – o próprio TJES, onde o recurso deve ser julgado por uma das câmaras cíveis.

Enquanto isso, segue a espera e a angústia dos candidatos que dedicaram anos a esta causa – primeiro preparando-se para o concurso, depois lutando por todas as vias possíveis para assegurar a nomeação. Por sua vez, a direção do

TJES segue diante desse dilema que, de certo modo, reflete as dificuldades atravessadas pela Justiça estadual nos últimos anos, em parte por suas próprias decisões administrativas, em parte por causa da crise econômica sem precedentes que derrubou a arrecadação estadual.

Como o próprio Gama admite, o Judiciário capixaba padece, hoje, de um déficit enorme de juízes no 1º grau. Segundo ele, chega a 50 o número de Varas sem nem um magistrado sequer. Ao mesmo tempo, o presidente se sente de mãos atadas para preencher parte das vagas ociosas por conta do receio de voltar a estourar as contas do Poder.



CENA POLÍTICA

Na cerimônia de assinatura da licença ambiental do lema para o Dnit duplicar a BR 262, o governador Paulo Hartung estava sentado à cabeceira de sua mesa, rodeado por prefeitos da Região Serrana. Franqueou a palavra

para um deles que quisesse falar em nome de todos. Ninguém tomou a iniciativa. Ante a relutância dos prefeitos, Hartung mesmo escalou o de lúna, Coronel Weliton (PV): "Weliton fala? Vamos lá. Coronel é sempre coronel!"

ENTREVISTA

"TORÇO PARA QUE HAJA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO NA JUSTIÇA"

Sérgio Gama
Presidente do TJES

Resta esperança de nomeação dos candidatos aprovados ou realmente não será possível?

Esperança existe. Eu tinha e tenho muita vontade de efetivar essas nomeações. Nós todos imaginamos o sacrifício enorme desses candidatos, que saíram de todos os rincões, submetendo-se a provas e que são aprovados. Você imagina a aflição que eles têm para serem nomeados. Nosso problema é fiscal. Não é nem financeiro nem orçamentário.

Ou seja, não pode exceder de novo o teto de gastos com pessoal...

Não posso. Não tenho como, sob pena de ser responsabilizado por isso. Agora, eu tenho notícias de que eles estão tentando uma prorrogação do prazo na Justiça. Eu torço positivamente para que esse prazo seja prorrogado.

Quem decide isso?

Está na Vara da juíza Heloísa Cariello. Eu, sinceramente, torço para que haja essa prorrogação. E, havendo, percebemos nitidamente uma melhora no nosso país, o crescimento da arrecadação. E aí, possivelmente, terei condições de fazer essas nomeações.

Mas então, se não houver essa prorrogação, eles não serão nomeados?

Não. Com muita tristeza, eu falo isso. Em não havendo, dificilmente eu terei condições. Não creio que em 24 dias tenhamos um aumento que me respalde e me dê condições de fazer isso.

TRAGÉDIA EM LINHARES

Justiça nega liberdade a pastor

George Alves foi preso temporariamente, sob a alegação de atrapalhar investigação das mortes do seu filho e do seu enteado

Luciana Pimentel

A Justiça rejeitou o pedido da defesa do pastor Georgeval Alves Gonçalves, conhecido como pastor George, para que ele fosse solto.

O religioso está preso temporariamente (por 30 dias) no Centro de Detenção Provisória de Viana II, desde o dia 28 de abril, sob a alegação de atrapalhar as investigações sobre as mortes do seu enteado Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, e seu filho Joaquim Alves Salles, 3, mortos em um incêndio na casa onde moravam, no dia 21 de abril, em Linhares, Norte do Estado.

A decisão de negar o pedido de habeas corpus ocorreu na última sexta-feira, antes do período do plantão de fim de semana.

Coube ao desembargador substituto Júlio César Costa, que responde pela desembargadora Elizabeth Lordez, negar a solicitação feita pela junta de advogados que representa o pastor George.

O teor da decisão não foi divulgado pelo Tribunal de Justiça do Estado, uma vez que caso corre em segredo de Justiça.

Na junta de advogados que está atuando na defesa do pastor George Alves constam os nomes de



PASTOR GEORGE ALVES é conduzido algemado para exames de corpo de delito, no dia de sua prisão, em Linhares

Taycê Aksacki, Hebert Gonçalves e Rodrigo Duarte.

Aksacki explicou que foram protocolados quatro requerimentos de diligências dentro do inquérito, entre eles o pedido de nova perícia na casa dos seus clientes, e que desconhece a informação de que a Justiça tenha negado pedido de soltura do pastor George.

Desde o dia do incêndio, cinco etapas da perícia foram realizadas na casa. Os dois primeiros trabalhos foram feitos pelo Corpo de

Bombeiros e pela perícia técnica que, inicialmente, tratavam o fato como suspeita de pane elétrica.

A terceira etapa da perícia, no dia 27 de abril, contou com a aplicação do "Blue Star", substância que identifica a presença de sangue, assim como o "Luminol".

Mais exames foram feitos no dia 30 e materiais recolhidos. Na última etapa, dentro da casa, o ar-condicionado foi levado pelos bombeiros.

O carro que o pastor utilizava

também passou por uma perícia com a substância "Blue Star" e foi devolvido ao dono, um dos membros da Igreja Batista Vida e Paz.

Na última sexta-feira, os três advogados estiveram na sede da 16ª Delegacia Regional de Linhares para analisar o inquérito e protocolar os pedidos.

Taycê Aksacki reiterou que, até o momento, não há evidências concretas da autoria de crime por parte do pastor que justifiquem a prisão do pastor George Alves.

ENTENDA O CASO

Incêndio

- > NA MADRUGADA de 21 de abril os irmãos Joaquim Alves Salles, de 3 anos, e Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, morreram em um incêndio que destruiu o quarto onde dormiam.
- > PASTOR GEORGEVAL ALVES GONÇALVES, 36, pai de Joaquim e padrastrado de Kauã, era o único adulto na casa, em Linhares.
- > A MÃE DAS CRIANÇAS, a pastora Juliana Salles, estava em Minas Gerais com o filho caçula da família.

Depoimentos

- > VÁRIAS TESTEMUNHAS prestam depoimento à polícia desde o dia da tragédia. O pastor foi ouvido nos dias 23 e 24. Segundo a polícia, há relatos contraditórios.

Prisão do pastor

- > NO DIA 28 DE ABRIL, o pastor foi preso para não atrapalhar as investigações. A polícia diz que ele teria alterado a cena onde ocorreu o incêndio (retirando cama, colchão e outros objetos), além de ter dado depoimentos contraditórios.
- > EXAMES MOSTRARAM que não havia queimadura no corpo do pastor, apenas dois calos de sangue nos pés.

Quebra do sigilo telefônico

- > NO DIA 28 DE ABRIL, a Justiça decretou a quebra do sigilo telefônico e de WhatsApp do casal.
- > A PROMOTORIA Criminal de Linhares também acompanha o caso.

Carro

- > DIA 3 DE MAIO, o carro usado pelo pastor passou por perícia com "Blue Star" usado para indicar presença de sangue, e foi devolvido ao dono, membro da Igreja Batista Vida e Paz.

Justiça nega liberdade

- > O PEDIDO da defesa do pastor Georgeval Alves Gonçalves para que ele fosse solto foi negado pela Justiça.
- > A DECISÃO de negar o pedido de habeas corpus ocorreu na última sexta-feira, antes do período do plantão de fim de semana e foi dada pelo desembargador substituto Júlio César Costa, que responde pela desembargadora Elizabeth Lordez.

Secretário e delegado-geral em Linhares



SECRETÁRIO Nilton Rodrigues

O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, coronel Nilton Rodrigues, deve embarcar de helicóptero para Linhares no início da manhã de hoje.

Ele e o delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo, Guilherme Daré, vão acompanhar de perto as investigações sobre o incêndio que matou os irmãos Joaquim e Kauã.

A agenda prevê reunião ainda pela manhã com o delegado Romel Pio de Abreu Júnior, que é o responsável pela apuração do incêndio na casa dos pastores Geor-

ge Alves e Juliana Salles.

Na última sexta-feira, o delegado de Linhares se reuniu com militares do Corpo de Bombeiros, com peritos e delegados que trabalharam na coleta de provas no local do incêndio.

O motivo da reunião foi definir os prazos para a apresentação dos laudos periciais.

Participaram do encontro o comandante do Corpo de Bombeiros de Linhares, coronel Ferrari, a delegada Suzana Garcia, que é titular da Delegacia da Mulher de Linhares, o

delegado André Jaretta e o chefe do Departamento Médico Legal de Vitória, Wanderson Lugão, além de outros três bombeiros.

Entre as ações realizadas pela polícia está o recolhimento de imagens das câmeras de videomonitoramento de vários pontos da cidade por onde os pais dos pequenos Kauã e Joaquim passaram.

A ideia é refazer os passos deles nos dias anteriores e também depois do incêndio que matou as crianças para saber por onde eles passaram e com quem tiveram contato.

GIRO CAPIXABA

LINHARES

Incêndio que matou irmãos completa 15 dias

MARCELO PREST

O incêndio que matou os irmãos Joaquim, de 3 anos, e Kauã, de 6 anos, em Linhares, completou 15 dias no último fim de semana. A Polícia Civil recolheu na tarde de ontem mais imagens de câmeras de videomonitoramento, como parte da investigação. O objetivo é acompanhar a movimentação do pastor George Alves e da esposa dele, Juliana Salles, nos dias anteriores e nos dias seguintes à tragédia. A polícia quer saber onde eles estiveram e com quem se encontraram nesses dois períodos. A polícia conseguiu imagens de câmeras que estão no entorno das ca-



Vídeo mostra pastor em lanchonete após tragédia

sas de familiares onde os pastores se hospedaram após a tragédia e também do circuito interno dos hotéis onde eles se hospedaram. Uma delas mostra o pastor e mulher em uma lanchonete após a tragédia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Proposta para rever foro deve ir à votação

Deputados estaduais discutirão a adequação no Estado da decisão do STF que limita o benefício. Hoje, ele atinge 302 autoridades

Luiz Fernando Brumana

O presidente da Assembleia, Erick Musso (PRB), vai convocar uma reunião do Colégio de Líderes para discutir a adequação da Constituição Estadual à decisão da Justiça que limitou o foro privilegiado dos deputados federais e senadores. Os parlamentares vão debater a criação de uma Comissão Especial ou a apresentação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

A legislação estadual garante o benefício para 302 autoridades e, desde que o Supremo Tribunal Federal (STF), na última semana, decidiu limitar o foro, o deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) levantou a necessidade de discutir ações em âmbito estadual. Ele pretende criar uma Comissão Especial com três membros.

“Como houve mudanças, com a posição do STF, queremos ver se ficou algo para trás e não manter regra morta na Constituição Estadual. Temos de fazer o estudo através da Procuradoria da Assembleia”, afirmou o deputado, reforçando sua preocupação em se aprofundar no tema antes de apresentar um projeto que seja inconstitucional.

Por outro lado, o presidente da Assembleia, Erick Musso (PRB), quer convocar o Colégio de Líderes e elaborar uma PEC.

A intenção dele é conversar com os parlamentares hoje e reunir, até a próxima quarta-feira, os líderes dos partidos para decidir a melhor forma regimental de tratar da questão.

“Temos de tratar isso com equilíbrio e naturalidade. Enivaldo é



ERICK vai convocar reunião do Colégio de Líderes para definir as ações

O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

AUTORIDADES	FORO CRIMES COMUNS	FORO CRIMES DE RESPONSABILIDADE	QUANTOS SÃO
Vice-governador	Tribunal de Justiça	Assembleia Legislativa	1
Secretários de Estado	Tribunal de Justiça	TJ ou Assembleia Legislativa	24
Procurador-Geral do Estado	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	1
Procuradores do Estado	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	113
Defensores públicos	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	163
Total			302

FONTE: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

um brilhante deputado e é da Mesa Diretora, também. Se eu apresentar pela Mesa, ele assinará, não será nenhum empecilho”, explicou o presidente.

Indagado se a PEC não inviabilizaria a Comissão Especial, ele garantiu: “São duas coisas distintas, uma não inviabiliza a outra. Vamos discutir a legalidade da PEC, porque da Comissão já existe. As duas podem caminhar juntas”, avaliou.

ENTENDA O CASO

Comissão deve durar 120 dias

Mudança no foro privilegiado

- NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu reduzir o foro privilegiado para deputados federais e senadores.
- SEGUNDO a decisão, ao fim do mandato do parlamentar, a investigação aberta na Corte será transferida para a primeira instância do Judiciário. Isso só não acontecerá se a ação penal já estiver totalmente instruída, pronta para ser julgada.
- A PROPOSTA para análise do foro privilegiado foi apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que foi seguido pelos demais ministros do Supremo Tribunal Federal.

Discussão na Assembleia

- O DEPUTADO estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) propôs a criação de uma Comissão Especial para adequar a Constituição Estadual à posição do STF.
- A COMISSÃO especial tem 120 dias para atuar.
- JÁ O PRESIDENTE da Assembleia, Erick Musso (PRB), quer convocar o Colégio de Líderes esta semana para debater a melhor forma de tratar a questão e pode até apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), pela Mesa Diretora, propondo a adequação, o que tramitaria de forma mais rápida no Legislativo.

Plenário dividido sobre ICMS do leite

Os deputados estaduais vão discutir hoje um projeto de lei oriundo do governo do Estado que trata de aumento de 12% para 17% da alíquota para as saídas internas de leite, produzido em outros estados de leite longa vida (UHT - Ultra High Temperature), em recipiente com conteúdo igual ou inferior a dois litros.

A proposição vai compor a pauta do dia da sessão. “É um projeto que está gerando grande debate e tem deputados bem divididos. Eu estou arbitrando e vamos deixar o plenário decidir”, adiantou o presidente da Assembleia, Erick Musso (PRB).

Defesa quer ver caso dos R\$ 51 milhões na 1ª instância

Os advogados do ex-diretor da Defesa Civil de Salvador Gustavo Ferraz pediram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que seja enviada à 1ª instância a denúncia sobre a apreensão dos R\$ 51 milhões encontrados pela Polícia Federal em um apartamento emprestado à família do ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB).

Aliado de Geddel, Ferraz pede que o ministro Edson Fachin, relator do processo na 2ª Turma do STF, aplique o novo entendimento, definido na semana passada, de que a Corte só vai processar e julgar casos em que crimes de deputados e senadores tenham sido cometidos em razão do cargo e durante mandato.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

Foro é impunidade

Autor da PEC que acaba com o foro privilegiado e que aguarda há um ano votação na Câmara, Álvaro Dias (Pode-PR) disse que entre 2011 e 2016, não chegaram a 1% autoridades condenadas no STF. Outros 68% dos casos nem sequer foram concluídos, segundo dados da FGV.

Cassação e até cadeia por divulgar notícias falsas

TSE criou força-tarefa e garante que vai agir de forma repressiva para evitar divulgação de fake news nas eleições deste ano

Luiz Fernando Brumana

A preocupação da Justiça Eleitoral com a divulgação de notícias falsas nas eleições é evidente. Tanto que ela não afasta a possibilidade de cassar candidaturas e até mesmo de determinar a prisão dos infratores.

Uma força-tarefa foi formada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tratar da questão. O Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições é composto por membros da Polícia Federal, especialistas nacionais e internacionais, além de empresas de mídias sociais.

"O caixa 2 não representa, em termo de influência nas eleições, o impacto das fake news. Vimos como foi nos Estados Unidos", afirmou o advogado eleitoral Danilo Carneiro, em referência à eleição de Donald Trump.

"Se a divulgação de fake news for constante e massiva, a depender das circunstâncias do caso concreto, configurar o uso indevido dos meios de comunicação, atrai, para responsáveis e beneficiários, a cassação do registro de candidatura, do diploma ou do mandato, além da pena de inelegibilidade por 8 anos", informou o TSE, por meio de nota.

Não por por aí. Dependendo do conteúdo, a divulgação de notícias falsas pode ainda configurar crime contra a honra eleitoral, com "pena de detenção que pode chegar a



SE A DIVULGAÇÃO da notícia falsa configurar crime contra a honra eleitoral, a pena de detenção é de até um ano

um ano, a depender da espécie", especificou o órgão. Vale ressaltar, como pontua o advogado Ludgero Liberato, que, para a prisão ocorrer, "as penas aplicadas devem ser superiores a 4 anos".

Já o candidato que contratar pessoas para emitir ofensas atingindo adversários ou seus partidos, pode ser detido por até quatro anos e ter de pagar multa que varia de R\$ 15 mil a R\$ 50 mil.

O TSE ainda não definiu como vai receber denúncias do eleitor. Além disso, está sendo discutido como se enquadrar este tipo de crime. "Precisamos de clareza se pode ser crime doloso (com intenção de divulgar a notícia inverídica) ou culposo (quando há imprudência ao compartilhar a informação)", explicou o advogado Adriano Pedra.

SAIBA MAIS

Força-tarefa

> DESDE DEZEMBRO, o TSE tem discutido o combate às fake news nas eleições, por meio do Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições.

Cassação

> SE A DIVULGAÇÃO de fake news for constante e massiva, a depender das circunstâncias do caso concreto, configurar o uso indevido dos meios de comunicação social, pode levar à cassação do registro de candidatura, do diploma ou do mandato e a pena de inelegibilidade por 8 anos.

Prisão

> DEPENDENDO do conteúdo, a divulgação de fake news pode ainda con-

figurar hipótese de crime contra a honra eleitoral, com pena de detenção de até um ano.

Multas

> CONSTITUI crime contratar pessoas para emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidatos ou partidos. Esse crime é punível com detenção de até 4 anos e multa no valor de R\$ 15 mil a R\$ 50 mil.

Robôs

> NÃO será permitida a difusão de notícias falsas sob o véu do anonimato, tampouco o uso de robôs para a sua propagação. A multa para esse crime pode variar de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil.

DEPOIMENTOS

"Sanção insuficiente"

"Fake news pode levar à cassação de registro e até a prisão, tendo a ressalva que as penas aplicadas devem ser superiores a quatro anos. A lei já prevê isso."

Esse tipo de divulgação era um problema menor que está se tornando maior na eleição que está por vir. A sanção está sendo insuficiente pela gravidade do que está sendo discutido".

Ludgero Liberato, advogado

"Mais clareza"

"Precisamos ter mais clareza se pode ser um crime punido na modalidade dolosa (intenção de divulgar a notícia inverídica) ou culposa (quando há uma imprudência, como compartilhar a informação)."

Ainda não temos essa definição. Normalmente, um processo judicial demora tempo razoável. O término é quatro anos, mas pode ser antes disso".

Adriano Sant'Ana Pedra, advogado

"Solução é fiscalizar"

"No Brasil, temos uma série de fake news catalogada nos últimos meses."

Essa força-tarefa do TSE é bem-vinda e é uma mensagem pedagógica.

A solução no Brasil é a conscientização, com trabalhos e propaganda para que a população possa entrar como fiscal".

Danilo Carneiro, advogado

"Muito louvável"

"Primeiramente, é muito louvável essa preocupação da Justiça com as notícias falsas, porque é um fator influenciador no mundo todo. Nas grandes democracias do mundo essa discussão já vem ocorrendo."

Se a estratégia do TSE vai conseguir sucesso ainda não se sabe. Países com democracia mais amadurecida ainda estão buscando mecanismos para coibir as notícias falsas. Ficamos na esperança que o País possa inovar".

Luciano Ceotto, advogado

Como evitar Notícia falsa é crime e pode levar à prisão

O QUE SÃO "FAKE NEWS"

Segundo pesquisa do Reuters Institute for the Study of Journalism, os usuários de redes digitais definem "fake news" como:

- > NOTÍCIAS INVENTADAS para ganhar dinheiro e desacreditar terceiros;
- > NOTÍCIAS QUE têm uma base factual, mas que são reinterpretadas e manipuladas para se adequar à determinada agenda;
- > NOTÍCIAS COM as quais as pessoas não se sentem confortáveis e não concordam.

No dicionário

O CAMBRIDGE DICTIONARY conceitua a expressão como: "histórias falsas que parecem ser notícias, propagandas na internet ou outras mídias, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou como uma piada: há preocupação sobre o poder de notícias falsas para afetar os resultados eleitorais" (livre tradução).

COMO SE PROTEGER

- 1 NÃO COMPARTILHE** uma informação em suas redes pessoais sem checar. Faça uma busca sobre o tema, usando algumas palavras-chave, em portais de notícia conhecidos.
- 2 PROCURE A FONTE** de informação: quem assina? Que site é aquele? Pesquise o histórico de ambos. Material sem fonte é suspeito.
- 3 VERIFIQUE A DATA** e o local da publicação para avaliar se o tema não está sendo reintroduzido nas redes sociais para engrossar alguma pauta política.



- 4 VISITE SITES** dedicados a desmentir notícias falsas, como o www.e-farsas.com e o www.boatos.org.

ONDE DENUNCIAR

Quem se sentir lesado ou atingido por notícias falsas, deve procurar a Delegacia de Repressão aos Crimes Eletrônicos (DR-CE), que fica na av. Nossa Sra. da Penha, 2290, no bairro Santa Luzia, em Vitória.

PENA

Criar ou espalhar informações falsas em redes digitais pode levar a pena de 15 dias a 6 meses de prisão.

SIMONE VENTURINI TONANI (no destaque) foi enterrada sob orações e palmas. Familiares se despediram da empresária com flores



LEONE IGLESIAS/AT

Janela do carro estava aberta por causa de sinusite

A empresária Simone Venturini Tonani, 43, que morreu após ser atingida na cabeça por um pedaço de vergalhão, estava com os vidros das janelas dianteiras do seu carro abaixados, pois estava com o ar condicionado desligado. Segundo familiares, a vítima estava passando por uma crise de sinusite.

O acusado de ter arremessado o objeto, Felipe Rodrigues Gonçalves, 31, teve a prisão preventiva decretada após audiência de custódia.

"Ela sofria com sinusite e por isso sempre optava por andar com o ar condicionado desligado. Na semana passada ela teve uma crise e usou o carro com os vidros abertos. Um policial me falou que se ela estivesse com as janelas fechadas, talvez o vergalhão não tivesse acertado ela", disse Vanessa Venturini, 32, prima da empresária.

O acusado do crime havia agredido uma empresária, de 48 anos, um dia antes de arremessar o vergalhão na cabeça de Simone. O crime aconteceu em Itapuã, no mesmo município. Na ocasião, a vítima preferiu não representar contra o criminoso. Por isso, ele não foi preso. Em março deste ano, Felipe foi detido por PMs e revistado. Ele carregava uma pedra de crack no bolso.

Já em janeiro, ele foi preso suspeito de furtar um carro. Em dezembro do ano passado foi detido após arrastar a lateral de um veículo.

Pedidos por justiça em despedida à empresária

Clima no enterro de Simone Venturini Tonani foi de tristeza e revolta. Ela morreu após ser atingida por um vergalhão

Simony Giuberti

Os sentimentos de tristeza e revolta estavam estampados nos olhares das centenas de pessoas que se reuniram, na manhã de ontem, no cemitério Parque da Paz, em Ponta da Fruta, Vila Velha, para prestarem homenagens na despedida à empresária Simone Venturini Tonani, de 43

anos. Ela foi morta após ser atingida na cabeça por um vergalhão, na noite da última sexta-feira, no mesmo município. O filho dela, de 8 anos, presenciou o crime.

Entre as pessoas que participaram do enterro, que aconteceu às 10h50, o apelo por justiça era grande. O acusado de ter arremessado o objeto que atingiu a empresária, Felipe Rodrigues Gonçalves, de 31 anos, foi preso minutos após o crime. Ele foi autuado por homicídio qualificado e encaminhado para o presídio.

Simone trafegava em seu Toyota Rav4, com os vidros abertos, quando Felipe arremessou o vergalhão em sua direção. O filho da vítima estava sentado no banco traseiro do veículo.

A empresária chegou a ser socorrida e levada para o Hospital São Lucas, em Vitória, mas não resistiu aos ferimentos. "Fica a revolta porque não foi a primeira vez que ele fez isso. Inclusive o acusado tinha agredido uma mulher no dia anterior, além de ter outras passagens pela polícia", frisou o arquiteto Ronielli Alencastre, 38, primo da vítima.

Cerca de 200 pessoas compareceram ao cemitério, na manhã de ontem, para acompanhar o enterro da empresária. "É uma situação que parece surreal. Ficamos sem acreditar na hora. Infelizmente, agora, fica uma criança, de 8 anos, que vai crescer sem a mãe. A Simone era uma pessoa tranquila, bem-sucedida, trabalhadora", destacou

o arquiteto.

Familiares afirmaram que o filho da vítima não quis ir ao enterro. Ele está na casa de um primo da empresária, com acompanhamento de um psicólogo. "Ele viu a cena, mas achava que a mãe estava dormindo. Ontem (sábado), nós nos reunimos com ele, na presença de um médico e psicólogo, e contamos que a mãe dele tinha morrido. Ele falou que já sabia", explicou a arquiteta Vanessa Venturini, de 32 anos, que também é prima de Simone (o sobrenome dos membros da família é escrito de maneiras diferentes).

A empresária foi enterrada sob orações e palmas. Abraçados, os familiares se despediram de Simone jogando flores sobre o caixão.

VANESSA VENTURINI PRIMA DA VÍTIMA

"O filho chama por ela durante a noite"

A arquiteta Vanessa Venturini, de 32 anos, prima da empresária Simone Venturini Tonani, 43, morta após ser atingida na cabeça por um vergalhão, conversou com a repor-

tagem de **A Tribuna** e afirmou que o filho da vítima, de 8 anos, que presenciou o crime, chama pela mãe durante a noite.

A TRIBUNA - Como que a senhora soube da morte?

VANESSA VENTURINI - Eu estava dirigindo quando o meu marido recebeu a notícia, mas não quis me contar, na hora. Eu já tinha lido a notícia em um site, mas eu não fazia ideia de que era a minha prima. Quando chegamos em casa, eu soube. Foi um momento de dor e desespero. A Simone, além de prima, era minha cliente há anos.

> O que a senhora fez assim que recebeu a notícia?

Eu fui para o hospital, para mim foi o pior momento. Eu vi a minha tia, mãe dela, caindo e sendo dopada. O pai dela estava transtornado.

A gente não conseguia entender o que tinha acontecido.

A gente não conseguia acreditar que o homem tinha arremessado o vergalhão de forma aleatória. Só acreditamos depois que vimos o vídeo. Percebemos que ela estava no lugar errado, na hora errada. Foi muito triste e revoltante.

> O que a família espera?

Ainda não sabemos o que vamos fazer, pois só estávamos pensando

na parte burocrática, de liberar o corpo, enterrar. Não esperávamos por isso. Nunca perdemos gente nova assim na família. Foi uma morte injusta, dolorosa e repentina. Estamos recebendo solidariedade.

> E o filho dela, como está?

Ele já recebeu a notícia de que a mãe está morta e reagiu como uma criança reagiria. Mas ele fica chamando por ela durante a noite. Perguntamos se ele queria vir ao enterro e ele disse que não.

O psicólogo falou para respeitar a vontade dele. Ele foi a única pessoa que viu a cena e contou como foi. Tenho certeza que é uma imagem que ele nunca vai esquecer. Quando eu vejo o vídeo, jamais imaginaria que aquele vergalhão iria atingir uma pessoa que estava passando na hora.

“Ele (filho da vítima) foi a única pessoa que viu a cena e contou como foi. É uma imagem que ele nunca vai esquecer”

MOMENTO em que bombeiros socorreram empresária atingida por uma barra lançada por Felipe Rodrigues



LEONE IGLESIAS - 05/05/2018



DEPOIMENTO

LEONE IGLESIAS/AT

"Não tem como se prevenir"

"A família reagiu com espanto. É o tipo de violência que não tem como se prevenir, a não ser que as leis mudassem e o indivíduo que fez isso estivesse preso, por já ter cometido outros delitos.

O vergalhão foi colocado em uma obra para proteção, mas foi usado como arma em um crime. Poderia ser estudado o uso de outro tipo de material."

Sérgio Venturini, 55, primo



VANESSA Venturini: momento difícil

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA TOSTES | plenario@redetribuna.com.br

* * *

Quantos negros ocupam o Judiciário brasileiro?

O Conselho Nacional de Justiça quer saber quantos negros ocupam a magistratura após a edição da Resolução 203 (2015) que determina a reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas em concursos. No último Censo do Judiciário, de 2013, 15,6% dos magistrados brasileiros eram negros – sendo que 14,2% se declararam pardos e 1,4%, preto. Entre os homens, 1,4% se declarou preto e 15% pardos. Entre as mulheres, 1,5% se considerava preta e 12,7%, pardas.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

Delação de Palocci gera divergência entre juízes

Enquanto o desembargador Gebran Neto, do TRF-4, não decide se homologa a delação de Antonio Palocci, seus colegas travam discussão informal sobre o assunto. Entre desembargadores do TRF-1, a maioria se manifesta nos grupos de WhatsApp contra a PF fazer acordos de colaboração premiada. Opinam que o titular da ação penal é o MPF, a quem cabe barganhar com o investigado em troca de informação. Um juiz que pediu para não ser identificado resume: "Nada que a PF faça é relevante como delação. É um depoimento igual a qualquer outro".

CNJ quer descobrir quantos juizes no País são negros

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está realizando uma pesquisa para descobrir o percentual de magistrados negros no Brasil.

O estudo começou a ser feito no dia 9 de abril, em um universo de mais de 18 mil profissionais de todos os tribunais do País.

Para participar, o juiz, desembargador ou ministro deve responder a um questionário de 28 perguntas, enviado por e-mail pelo CNJ, e mandar as respostas até o dia 15 de maio.

Além de detalhar a distribuição dos negros nos vários ramos do



TRIBUNAL cedeu informações

Judiciário, a pesquisa pretende saber se o percentual do último estudo, de 2013, aumentou. Na época, apenas 15% dos magistrados brasileiros eram negros.

O levantamento também permite avaliar a eficácia das cotas de 20% para negros no serviço público, medida adotada em 2015.

Para Gilmar Carlos da Silva, coordenado do Conselho Municipal do Negro (Conegro), as cotas ainda vão demorar para surtir efeito: "É uma política de reparação, não é favor. A gente quer que devolvam para nós o que é nosso por direito."

VAZAMENTO DE INFORMAÇÃO

Prontuário de pastor não aponta queimadura

MARCELO PREST

O prontuário médico do pastor George Alves no Hospital Geral de Linhares (HGL), atendido na manhã de 21 de abril, poucas horas após um incêndio que provocou a morte dos meninos Kauã e Joaquim - enteado e filho do suspeito -, não traz nenhuma informação sobre queimaduras. Segundo o prontuário, George disse que inalou fumaça, e uma anotação informa que ele “está em choque”. O pastor não relatou ter sofrido queimaduras. No entanto, em entrevista dois dias após a tragédia, ele contou que, na tentativa de salvar os meninos, teve queimaduras nos cílios e nos pés. De caráter sigiloso, o prontuário circulou na internet ontem. A Prefeitura de Linhares confirmou que o documento é oficial e informou que uma sindicância será aberta para apurar o vazamento das informações. George está no Centro de Detenção Pro-



George Alves está preso provisoriamente

visória de Viana II, após pedido de prisão preventiva. Autoridades afirmam que o pastor estava atrapalhando as investigações sobre o incêndio. (Loreta Fagionato)

UM TEMA, DUAS VISÕES

PF deve fechar acordos de delação?

Acordo firmado com o ex-ministro Antonio Palocci reacende o debate: atribuição cabe também à Polícia Federal ou só ao Ministério Público? Ação no STF sobre o tema foi interrompida em dezembro passado

Facilitação da primeira fase investigativa

Daury Cezar Fabriz
é doutor em Direito Constitucional,
advogado e professor da FDV e da Ufes

Entendo que a possibilidade de a polícia celebrar acordos de delação premiada facilita em muito a fase investigativa já logo num primeiro momento. Não vejo como inconstitucional. No entanto, precisamos entender que, seja a polícia, seja o Ministério Público (MP), é necessária sempre a chancela do Poder Judiciário. Cabe ao Judiciário fazer a homologação da colaboração premiada, respeitando os parâmetros das garantias constitucionais daquele que está nessa condição e também daqueles que estão sendo investigados.

Ressaltamos sempre que a colaboração nunca poderá ser utilizada como meio de prova: ela deve ser considerada como um ponto de partida para se investigar e levantar provas. Se a delação não for efetiva, não pode ser considerada válida. Portanto, não vejo o menor problema em a polícia celebrar esse tipo de acordo, desde que com a chancela do Poder Judiciário, instituição à qual cabe justamente fazer com que a aplicação do Direito seja efetiva.

Entender que a polícia, negociando perdão de pena com um delator, está usurpando o poder dos procuradores, é meramente uma questão de interpretação da norma posta, porque, da mesma forma que a instituição polícia não pode negociar pena, o MP não pode fazer isso sem passar pela homologação do Judiciário. A lei não concede direito à prerrogativa para a po-

licia negociar pena jamais. A lei concede a possibilidade de fazer um acordo que, uma vez validado pela Justiça, precisa ser cumprido; uma vez não cumprido, perde sua validade e seus efeitos.

Em relação a esse conflito de polícia e MP, o que a sociedade espera é que haja uma resposta satisfatória do Estado; portanto, juntos são mais fortes. Claro seria muito mais adequado, mais célere e mais efetivo uma investigação que venha convergir tanto o aspecto técnico de produção de prova, que cabe à polícia, quanto a orientação jurídica, que caberia justamente ao MP.

Se o Supremo Tribunal Federal permitir que delegados celebrem acordos de delação, isso valeria também para a Polícia Civil nos Estados, no Judiciário de primeira instância... Hoje, há tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Federal quadros altamente preparados, pessoas com formação e que compreendem o Direito. Agora, é claro: seja a polícia, seja o Ministério Público, não podemos considerá-los como poder. São órgãos vinculados à administração pública. O MP é um órgão constitucional autônomo, mas não detém poder. Por fim, eu não poderia dizer que há uma disputa de poder entre MP e polícia. Cabe ao MP estabelecer as suas razões.

“Não vejo o menor problema em a polícia celebrar esse tipo de acordo, desde que com a chancela do Poder Judiciário, instituição à qual cabe fazer com que a aplicação do Direito seja efetiva”

Titularidade da ação penal é só do MP

Paulo Borges
é professor de Direito Penal da Unesp

A delação implica receber informações completas que possam colaborar no esclarecimento e na responsabilização por determinados crimes. Efetivamente, qualquer prova para a formação do

convencimento e do esclarecimento se destina ao Ministério Público, que, pela própria Constituição, é o titular exclusivo da ação penal pública. Portanto, não é possível se admitir, do ponto de vista da Constituição, qualquer delação sendo formalizada sem a participação do Ministério Público e apenas, por exemplo, pela autoridade policial, ainda que seja a Polícia Judiciária incumbida de realizar a investigação.

Isso porque a delação pode implicar em benefícios que vão ser negociados, serão levados à homologação e vão repercutir na punição, isto é, na quantidade da pena, que tipo de pena... Portanto, o MP é efetivamente o titular exclusivo da ação penal. É o MP que terá essa definição da conveniência processual de dispor ou não de determinadas sanções em benefício do interesse público no desvelamento de qualquer crime e, mais ainda, de responsabilização de outros envolvidos. Um policial determinar perdão judicial de um investigado atinge a titularidade da ação penal, que, pela Constituição, é do

Ministério Público.

A grande questão da delação é de disputa de espaço e de poder institucional entre Ministério Público e Polícia Federal, principalmente. Todas as instituições querem se valorizar e entendem que o fariam com quanto mais poder tiverem. O Supremo Tribunal Federal deveria definir sobre isso o quanto antes, porque seria melhor para estabelecer segurança jurídica não só para as instituições envolvidas, como para os investigados. Como um acusado teria segurança jurídica se, apesar de assistido por um advogado, e querendo fazer uma delação, a autoridade policial se entende competente e isso pode ser invalidado e anulado, e o acusado perder inclusive benefícios que teria?

Na verdade, o que dá força e eficácia ao trabalho de investigação e de responsabilização criminal é o trabalho na forma de força-tarefa envolvendo as instituições. Não acredito que essa disputa de prerrogativas azede o clima interno da Lava Jato, que tem por característica essa atuação conjunta da PF e do MP em ações coordenadas e compartilhadas. Inclusive nos Estados tem se verificado uma ação muito efetiva e fundamental, como o Gaeco de São Paulo atuando em conjunto com a polícia para a responsabilização criminal nas operações que envolvem crime organizado.

“Na verdade, o que dá força e eficácia ao trabalho de investigação e de responsabilização criminal é o trabalho na forma de força-tarefa envolvendo as instituições”



INSEGURANÇA**Secretário de
Justiça é assaltado**

O secretário de Estado da Justiça, Wallace Pontes, foi assaltado na noite de sexta-feira (4) enquanto andava de bicicleta na região da Praça do Papa, em Vitória. O caso é investigado pela Polícia Civil. De acordo com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), o policiamento ostensivo na região é feito pela Polícia Militar (PM) com abordagens a pessoas, cercos táticos e blitzes. A Sesp lembra que quem tiver informações sobre o crime ou de atuação de criminosos na região pode contribuir fazendo uma denúncia anônima pelo 181.

DIVULGAÇÃO

**Pontes é secretário
de Estado de Justiça**

Tribunal e Amunes divergem por editais em site

O Tribunal de Contas decidiu que a Associação de Municípios do Estado (Amunes) não pode publicar editais de prefeituras em seu site. A determinação tomou como base o Acórdão TC 1718/2017, que prevê a necessidade de licitação para a publicação dos atos oficiais em sites particulares.

As prefeituras envolvidas na decisão do TC-ES são: Afonso Cláudio, Aracruz, Colatina, Marechal Floriano, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã, Serra e Venda Nova.

Segundo o advogado da Amunes, Mauro Estevam, a associação suspendeu a decisão por meio de embargo em 28 de março e, enquanto o processo está em curso, as publicações vão continuar.

A Prefeitura de Marechal Floriano disse vai se adequar à decisão. A de Afonso Cláudio informou que “as publicações sempre se deram em jornal de grande circulação”. A Prefeitura da Serra aguarda nova decisão após os embargos protocolados pela Amunes. Os demais municípios não responderam.

PAULO LOPES/AGÊNCIA ESTADO



“Ninguém tem o dom de acertar sempre. Quando você aceita ser juiz, você tem de abandonar sentimentos pessoais”

BARROSO ressaltou o aniversário de 30 anos da Constituição e disse que leis foram respeitadas em impeachment

Barroso diz que Supremo pode falhar

Em Londres, ministro afirma a estudantes que Suprema Corte também comete erros como qualquer entidade humana

LONDRES

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso afirmou ontem em Londres que a Corte “falha como todas as instituições humanas”. Ele discursou sobre os 30 anos da Constituição brasileira no Brazil Forum UK, evento organizado por estudantes brasileiros no Reino Unido, na London School of Economics (LSE).

“Ninguém tem o dom de acertar sempre. Quando você aceita ser juiz, você tem de abandonar sentimentos pessoais, vontade políti-

ca e fazer o que é certo, justo e legítimo. Para bem ou para mal, o juiz não pode desviar”, afirmou.

Barroso ressaltou que o aniversário da Constituição não é um evento de pouca relevância, principalmente num país latino.

“Apesar de a fotografia do momento atual brasileiro ser devastadora, a história dos 30 anos de Constituição caminha para um final feliz se acertarmos um ou outro ajuste. Só quem não soube a sombra de ter vivido sob uma ditadura é que não reconhece à luz que é viver numa democracia”.

Ele comentou discussões recentes em que a aplicação da Carta foi questionada, como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Ao ouvir parte da plateia falando a palavra “golpe”, Barroso disse que não poderia manifestar sua opinião política sobre o caso, mas que considera que não houve ruptura da lei.

“Sou um acadêmico que pensa o

Brasil com franqueza e abertura. Eu tenho minha visão crítica, que não posso manifestar. Posso dizer que seguiu-se o que estava previsto na Constituição e, portanto, não houve rupturas jurídicas. A avaliação política do que aconteceu é evidentemente um exercício da liberdade de pensar”, disse.

Em seu discurso, o ministro destacou três problemas que impedem o Brasil de avançar. O primeiro é o patrimonialismo. Disse que temos muita dificuldade em separar o público do privado. O segundo é o oficialismo. Segundo ele, a sociedade estaria viciada no Estado e dependente dele para realizar qualquer projeto. Por último, citou a desigualdade social.

Um dos tópicos que gerou mais reação foi quando o ministro afirmou que o Estado não teria dinheiro para bancar universidades públicas. “As universidades custam caro e têm que ser capazes de se autossustentar”, disse.

ELEIÇÃO 2018

Você está com o seu título de eleitor em dia?

Prazo para quitar pendências termina na terça e quem não regularizar a situação até lá fica de fora do pleito de outubro

Luiz Fernando Brumana

Quem está com o título de eleitor irregular ou quer mudar o domicílio eleitoral tem de correr. Isso porque o prazo para quitar as pendências com a Justiça Eleitoral e conseguir votar termina na próxima terça.

Por lei, os cartórios eleitorais precisam terminar o cadastro de eleitores 15 dias antes do pleito — dia 7 de outubro — para que seja planejada toda logística de urnas e seções. O prazo para averiguar a situação eleitoral está aberto desde novembro de 2016.

“As pessoas sempre deixam para a última hora. A intenção é adiantar. Se no recadastramento biométrico eram 69 atendentes, hoje todos os cartórios de Vila Velha juntos não terão 20. Ou seja, se deixar para a última hora, vai se enrolar”, aconselhou o chefe do cartório, Marcos Roberto de Souza.

Segundo ele, dos 45 mil eleitores que não compareceram ao cadastro de biometria em Vila Velha, por exemplo, apenas 5 mil procuraram regularizar suas situações. Para tentar suprir a demanda do último, os cartórios de todo o Es-



AMANDA MUNIZ vai mudar o domicílio eleitoral de Linhares para Vitória: horário de atendimento é das 9 às 18h

tado estão funcionando em horário especial, das 9 horas até as 18 horas.

O eleitor pode averiguar sua situação eleitoral no site do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) apenas digitando o nome e a data de nascimento. Se estiver irregular, é sinal de que ficou mais de três eleições sem votar ou que não justificou sua ausência

nas urnas.

“Se ele não votar, não estiver quite, não consegue tirar passaporte, assumir cargo após aprovação em concurso público e até vai ter problema com algumas empresas que pedem a comprovação eleitoral para empregar uma pessoa”, disse o chefe de cartório.

Já quem quer mudar de domicílio eleitoral — cidade ou Zona

Eleitoral na qual vota — basta comparecer a qualquer cartório eleitoral munido de um documento oficial com foto e de seu novo comprovante de residência.

A empresária Amanda Muniz, 30 anos, por exemplo, já está atenta ao prazo.

“Vou ao cartório mudar o local de votação de Linhares para Vitória”, contou.

Sistema envia denúncias do eleitor direto para o juiz

Além de conseguir baixar o título eleitoral no celular, há mais inovações tecnológicas nas Justiça Eleitoral. Uma delas é enviar denúncias de irregularidades diretamente para o e-mail do juiz eleitoral e do promotor.

Essa é uma das principais características do sistema Pardal, um aplicativo elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) que será utilizado pela primeira vez no Brasil inteiro.

“Pelo celular, o eleitor faz a denúncia, inclusive enviando fotos, vídeos e áudio. Na mesma hora que clicar e enviar a denúncia, o juiz e o promotor recebem em suas caixas de e-mail. Ou seja, vai chegar em tempo hábil às autoridades”, explicou o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-ES, Danilo Marchiori.

Ele diz que a informação vai ser computada de forma mais inteligente, o que possibilita que seja apurada em tempo hábil.

“Vai aumentar a taxa de respostas de ação efetiva do Ministério Público”, explicou o técnico. Essa nova versão do Pardal será lançada no final deste mês.



MARCHIORI: sistema de denúncias

FIQUE LIGADO

Como saber se estou regular?

> PARA saber se seu título está regularizado, basta preencher o nome completo e a data de nascimento diretamente no Portal do TRE-ES.

Como regularizar a situação?

> SE A SITUAÇÃO do eleitor estiver irregular, é sinal de que ele ficou mais de três eleições sem votar ou justificar sua ausência. Cada turno de um pleito representa uma eleição para efeito dessa contagem.

> O ELEITOR irregular deve procurar o cartório eleitoral até a próxima terça,

dia 9 de maio.

Qual o horário de atendimento?

Em todo o Estado, os cartórios eleitorais vão funcionar em horário especial. Vão atender ao público das 9 horas às 18 horas, ou seja, o começo do atendimento não será ao meio-dia como é tradicional.

E se eu não votar?

> SE NÃO tiver regularizado, não pode votar e, consequentemente, não consegue tirar passaporte, assumir cargo após aprovação em concurso

público, entre outras sanções. Até algumas empresas tem pedido a comprovação eleitoral para empregar a pessoa.

Como faço para transferir meu local de votação?

> SE PRECISA alterar o local de votação basta ir a qualquer cartório eleitoral munido de documento oficial com foto e do novo comprovante de residência até terça-feira.

E se eu preciso de acessibilidade?

> PESSOAS com deficiência ou mobilidade reduzida que precisarem de atendimento especial no dia da eleição devem fazer essa comunicação à Justiça Eleitoral até terça. Assim, será possível transferi-lo para seção eleitoral com acessibilidade.

Como mudar o nome social?

> TRAVESTIS e transexuais que quiseram incluir no título de eleitor o nome social, também devem fazê-lo até a terça-feira. A mudança é simples e exige apenas a autodeclaração do nome com o qual deseja ser identificado. O nome civil e o social ficarão registrados nos bancos de dados.



TÍTULO DE ELEITOR: além de documento de papel, será possível ter também versão on-line por aplicativo

CADASTRO para voto biométrico: eleitor que não estiver com situação regular fica impedido de tirar passaporte e assumir cargo após aprovação em concurso



LEONE IGLESIAS - ISM/OPS

Como tirar o título de eleitor?

> BRASILEIROS de 16 e 17 anos também podem tirar o título de eleitor. O procedimento é simples e pode ser iniciado pela internet, por meio do Título Net. Depois de fazer a solicitação on-line, o cidadão deve comparecer às unidades de atendimento da Justiça Eleitoral, munidos da documentação exigida, para concluir os serviços pedidos e receber o título.

> O ELEITOR que tem 15 anos, mas vai completar 16 anos até a data da eleição e pretende votar, também pode

requerer o título de eleitor.

Perdi meu título. Tem como baixar uma versão para celular?

> SE A SITUAÇÃO estiver regular, mas o eleitor não tiver encontrado o título, já é possível baixar a versão digital do documento e apresentar na hora da votação. Basta localizar o aplicativo “e-Título” no smartphone ou tablet e inserir as informações para obter a versão eletrônica do documento.

Fonte: Justiça Eleitoral.

Doze partidos não prestam contas à Justiça Eleitoral

Com isso, as legendas ficam proibidas de receber recursos do Fundo Partidário, que podem ser usados para bancar candidaturas

Luiz Fernando Brumana

Dos 35 partidos com diretório no Espírito Santo, 12 não apresentaram à Justiça Eleitoral as prestações de contas referentes à gestão de 2017. Entre eles, estão algumas legendas que podem disputar cargos majoritários no pleito deste ano, como PSDB, o PPS e a Rede.

Regularizar a situação é indispensável para que as legendas tenham acesso ao Fundo Partidário, que é verba pública — no valor de R\$ 888,7 milhões — utilizada para a manutenção dos partidos.

Esse dinheiro público, inclusive, ganhou ainda mais importância na última semana, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) autorizar seu uso para bancar candidaturas.

O prazo para que os partidos informassem ao Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) como foram gastos todos os recursos destinados a eles durante o ano passado terminou no último dia 30.

Entre os que não cumpriram o prazo estão: PSDB, PTC, PPS, PSTU, PCB, PRFB, PSDC, PCO, PRB, PPL, Rede e PMB.



SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL: a prestação de contas de 2017 dos partidos terminou no dia 30

“É um dever republicano de transparência do partido. Além disso, é um dever legal, afinal é a partir da prestação que se constata eventuais irregularidades. É por meio dela que a Justiça enxerga as fontes de abastecimento de um partido”, explicou o advogado eleitoral Danilo Carneiro.

Pela legislação, mesmo em anos que não ocorrem eleições, as legendas devem detalhar à Justiça Eleitoral todos os gastos e quem fez

doações. Para tanto, os diretórios têm de mandar notas e recibos comprovando receita e despesa.

“Todos os partidos deveriam ter uma estrutura contábil para a questão eleitoral. Quando alguém vai doar, o partido deveria perguntar se tem origem suficiente para isso, já que só pode doar 10% do rendimento do ano anterior”, aconselhou o especialista.

Por meio de nota, o TRE-ES informou que “a falta de prestação

de contas implica na proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário, enquanto não for regularizada a situação”.

Além disso, a legislação eleitoral também determina que o “órgão partidário, de qualquer esfera, que tiver as suas contas julgadas como não prestadas, ficará obrigado a devolver integralmente todos os recursos provenientes do Fundo Partidário que lhe forem entregues, distribuídos ou repassados”.

SAIBA MAIS

Prazo terminou no último dia 30

Prestação de contas

QUEM APRESENTOU:

> DIRETÓRIOS ESTADUAIS: PMDB, PTB, PDT, PT, DEM, PCdoB, PSB, PSC, PMN, PRP, PV, PP, PHS, PSL, Psol, PR, PSD, Pros, Solidariedade, Novo, Avante (ex-PTDOB), Podemos (ex-PTN), Patriota (ex-PEN).

QUEM NÃO PRESTOU CONTAS:

> DIRETÓRIOS ESTADUAIS: PSDB, PTC, PPS, PSTU, PCB, PRFB, PSDC, PCO, PRB, PPL, Rede e PMB.

O que diz a legislação

> A PRESTAÇÃO de contas é um ato exigido a partir da criação oficial e registro dos estatutos dos partidos na Justiça Eleitoral.

> SUA FINALIDADE é informar, anualmente, à Justiça Eleitoral e à sociedade, o balanço contábil do exercício financeiro feito pelo partido. Principalmente do Fundo Partidário, verba com a função de fazer a manutenção das legendas.

> POR MEIO da prestação de contas, inclusive, é possível conhecer a origem das receitas e a destinação das despesas.

Prazo

> A DATA LIMITE para que as agremiações partidárias apresentassem suas contas era até dia 30 de abril.

Penalidades

> SEGUNDO o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), a falta de prestação de contas implica na proibição de recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário, enquanto não for regularizada a situação do partido político.

> SE FOREM julgadas não prestadas as contas dos diretórios regionais e municipais, seus representantes serão considerados inadimplentes e o registro ou anotação dos seus órgãos de direção ficará suspenso até regular a situação.

Multa

> JÁ O PARTIDO que tiver as suas contas julgadas como não prestadas ficará obrigado a devolver integralmente todos os recursos provenientes do Fundo Partidário que foram recebidos durante todo o ano.

Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE).



GUSTAVO DE BIASE disse que a prestação de contas da Rede foi feita e que vai averiguar o que aconteceu

Diretórios alegam falha no envio da prestação de conta

O prazo para apresentar à Justiça Eleitoral a prestação de contas expirou no último dia 30, mas aqueles que ficaram pendentes garantem que enviaram dentro do tempo limite ou que enfrentavam problemas técnicos.

É o caso do PPS. Segundo o tesoureiro do partido, Deyvid Hehr, ocorreu problema de transmissão de dados.

“Nós estávamos com problemas na transmissão da prestação. O sistema modificou e mais partidos podem ter tido esse problema também. Mas já enviamos. Deve

ser atualizado no site do TRE até segunda-feira (amanhã)”, estimou. Membro do diretório da Rede Sustentabilidade, Gustavo de Biase garante que foi protocolada a prestação de contas do seu partido.

“Vamos averiguar junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado o que aconteceu. A prestação de contas é um dever de todos os partidos e primamos por isso todos os anos”, reforçou.

O PSDB, por meio de sua assessoria, alegou que a prestação de contas também foi entregue.

Secretário da Justiça tem bicicleta roubada na Praça do Papa

O secretário de Estado da Justiça, Wallace Pontes, sofreu um assalto na noite de sexta-feira, quando pedalava sua bicicleta próximo à Praça do Papa, na Enseada do Suá, em Vitória. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), o caso está sob investigação da Polícia Civil.

Por meio de nota, a Sesp informou que a área é atendida pela 3ª Companhia do 1º Batalhão e quem tiver informações sobre o crime ou de atuação de criminosos na região pode contribuir pelo Disque-Denúncia, 181.



WALACE PONTES foi rendido e teve bicicleta roubada

Polícia

CONVÊNIO COM BNDES

Maior investimento na Segurança

É o que anuncia o governador Hartung, junto ao secretário Nylton Rodrigues, sobre investimento de R\$ 234 milhões

Jéssica Cardoso

O governo concluiu esta semana o convênio com o BNDES para um empréstimo que será todo revertido para a área da Segurança e Justiça do Espírito Santo. Somado a uma contrapartida do Estado de R\$ 46 milhões, o valor chegará a R\$ 234 milhões.

Este é o maior investimento da história na área da segurança, segundo o governador Paulo Hartung. O dinheiro começa a ser usado ainda este ano. A informação também foi anunciada pelo secretário de Estado da Segurança, coronel Nylton Rodrigues.

Além dessa quantia, 28 milhões de dólares (R\$ 98.840 milhões, na cotação de sexta-feira), oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), já tiveram convênio assinado e também começam a ser aplicados este ano.

OS NÚMEROS

670

viaturas serão compradas

2.300

coletes balísticos vão ser entregues

SOBRE OS INVESTIMENTOS

Onde o dinheiro será aplicado

Programa

O programa do governo de novos investimentos inclui recursos do BNDES, com convênio a ser firmado nesta semana, do Tesouro estadual e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fechado no ano passado.

BNDES

Polícia Militar

- > 420 novas viaturas policiais
- > 80 caminhonetes
- > 200 motocicletas
- > 35 bases móveis (Vans)
- > 2.000 coletes balísticos

Polícia Civil

- > 250 novas viaturas
- > 20 caminhonetes
- > 12 veículos de recolhimento de corpos (rabecão)
- > 300 coletes balísticos

Tecnologia

- > 300 câmeras de videomonitoramento para PM e 50 para a Polícia Civil.
- > 1.200 computadores
- > 19 drones
- > NOVOS equipamentos para inteli-

Hartung destacou que o Estado é o primeiro a realizar a operação de crédito com o BNDES para a segurança, desde quando foi anunciada.

"Nossa operação será a primeira do Brasil. Uma vez anunciado na reunião com os governadores, fomos os primeiros a implementar, por estarmos com um espaço para operações de crédito para esses investimentos, que são diversos: viaturas, armamentos, unidades policiais, unidades prisionais. Um baita investimento. O maior", destacou Hartung.

Ele explicou que o programa de investimentos foi proposto pelo presidente Michel Temer, em 1º de março. "Essa proposta foi anunciada em reunião com os governadores, após a intervenção no Rio de Janeiro. Na semana seguinte, apresentamos o programa. Quarta-feira, recebemos a resposta de que o tema será pautado na mesa da diretoria do banco nesta semana que se inicia", completou.

Entre as aplicações, estão a compra de 670 viaturas, 2.300 coletes, além de drones, reformas e novas unidades. Nylton Rodrigues explicou que o dinheiro será dividido em cinco principais eixos, que são infraestrutura, tecnologia, inteligência policial, polícia técnico-científica e formação dos servidores. "Investindo nesses eixos, estamos fortalecendo as instituições para que elas possam, cada vez mais, dar melhores respostas para a sociedade", reforçou o coronel.

No final de abril, as polícias Civil e Militar já receberam, por meio de licitação internacional, 250 fuzis M4, cal 5,56 mm, um armamento de última geração.

gência e novos armamentos, entre espingarda calibre 12 e pistola ponto 40.

Unidades

- > CONSTRUÇÃO de novas unidades policiais da PM, que inclui o 6º Batalhão da PM (no mesmo lugar), e a 10ª de Guarapari (em outro endereço, além de um centro logístico, no antigo 1º Batalhão no Bairro da Penha).
- > SETE novas unidades da Polícia Civil, entre delegacias e Serviço Médico Legal de Cachoeiro.
- > AMPLIAÇÃO do sistema prisional do Complexo de Xuri, Linhares e São Mateus.

BID

- > DESENVOLVIMENTO das delegacias on-line, as Deons.
- > MAIS 60 bases móveis da PM.
- > CINCO MICRO-ÔNIBUS e três ônibus.
- > AQUISIÇÃO de software de inteligência, estatística e análise criminal.
- > REFORMA E AMPLIAÇÃO da Academia da PM, em Cariacica.
- > INVESTIMENTO na Polícia-Técnica Científica.



FACEBOOK CORONEL NYLTON RODRIGUES

CORONEL NYLTON RODRIGUES mostra armamento de última geração para o governador Paulo Hartung durante entrega de armas às polícias Civil e Militar

Estado vai ter Complexo de Perícia

Os recursos do BNDES para a segurança serão destinados, em sua maioria, às polícias estaduais e ao Corpo de Bombeiros, conforme explicou o secretário da Segurança, coronel Nylton Rodrigues. Entre as inovações, está um Complexo de Perícia da Polícia Civil.

O local ainda será definido. Segundo o secretário, essa iniciativa faz parte de um dos cinco eixos de investimento na segurança: o de polícia técnico-científica.

"Esse ponto é voltado para as nossas perícias criminais. Com esse dinheiro, vamos investir na construção de um Complexo de Perícia, para que seja mais eficiente ainda a elucidação dos crimes e identificação de autores de crimes. Ponto importante do trabalho de investigação", apontou Rodrigues.

Já no eixo relacionado à infraestrutura, ele explicou que inclui a reforma de delegacias, batalhões e



DIVULGAÇÃO

PERÍCIA CRIMINAL vai receber investimento para tornar ainda mais eficiente a elucidação dos crimes

companhias, para poder dar melhores condições de trabalho aos policiais.

Esses profissionais vão receber mais formação profissional, a partir de mais investimento nas academias. Já os outros dois pontos destacados pelo secretário terão o investimento na área de tecnologia e na inteligência policial.

Rodrigues disse ainda que, nesta semana, será publicada uma portaria, instituindo um comitê que vai acompanhar os trabalhos, formado pelo secretário, o Comando Geral da PM, do Corpo de Bombeiros, o delegado-geral da Polícia Civil, o diretor do Detran e o subsecretário de gestão administrativa e ações estratégicas.

TRAGÉDIA EM LINHARES

Pedido de nova perícia na casa de pastor

Defesa do pastor George quer que uma perícia particular seja feita no imóvel onde seu filho e enteado morreram em Linhares

Kananda Natielly

A defesa de Georgeval Alves Gonçalves, o pastor George de 36 anos, preso no último dia 28 de abril, protocolou um pedido na 16ª Delegacia Regional de Linhares para que uma nova perícia particular, com peritos e especialistas de fora do Estado, seja feita.

O requerimento foi entregue na tarde da última sexta-feira, segundo os advogados do pastor. George foi preso por alterar a cena do incêndio na casa onde morreram os meninos Kauã e Joaquim, no dia 21 de abril, e por atrapalhar as investigações.

A advogada Taycê Aksacki, uma das responsáveis pela defesa do pastor e de sua mulher, Juliana Salles, disse que foram protocolados quatro requerimentos, e um deles foi o pedido da perícia.

“Nós protocolamos quatro requerimentos ontem (sexta-feira). Um deles é, de fato, uma nova perícia. Um perito engenheiro veio de Minas só para a realização desse trabalho, porém, é necessário que o imóvel seja liberado pelas autoridades. Isso ainda não foi feito e não sabemos qual o prazo correto. Sobre os outros três requerimentos, prefiro não comentar”.



CASA de pastores em Linhares, no Norte do Estado, onde ocorreu incêndio

Segundo Taycê, até o momento não há evidências concretas da autoria de crime por parte do pastor que justifiquem sua prisão.

A advogada contou ainda que na junta de advogados que está atuando na defesa de George constam os nomes de Hebert Gonçalves e Rodrigo Duarte. Eles estiveram com ela, na tarde de sexta-feira, na sede da 16ª Delegacia Regional de Linhares, para analisar as informações contidas nos autos do inquérito e protocolar o pedido.

Questionada sobre o motivo do pedido de nova perícia, Taycê ex-

plicou que ele foi feito pois “é recomendável e oportuno que o advogado, na intenção de defender seu cliente, tanto nas esferas administrativas ou judiciais, tenha sempre a preocupação de munir-se de elementos (provas) e informações técnicas capazes de justificar suas alegações e demais elementos indicados nos autos”.

A respeito da perícia particular, o delegado responsável pelo caso, Romel Pio Júnior disse, na tarde de sexta-feira, que até aquele momento não havia recebido o documento com o pedido da defesa.

Boletim não indica queimaduras

Um boletim de atendimento do Hospital Geral de Linhares (HGL) foi vazado neste fim de semana nas redes sociais. E o documento é justamente sobre o atendimento médico ao pastor Georgeval Alves Gonçalves, pouco depois do incêndio na casa onde morreram os irmãos Joaquim Alves Salles, 3, e Kauã Salles Butkovsky, 6, na madrugada do último dia 21 de abril.

O pastor George, como é conhecido, foi atendido logo no início da

manhã daquele dia, segundo o documento. Além disso, o prontuário não faz menção a qualquer tipo de queimadura — exames posteriores à data apontaram que o religioso tinha dois calos de sangue nos pés.

O prontuário ressalta que George inalou fumaça e que estava em estado de choque por conta da morte das crianças. Joaquim era filho do pastor com Juliana Salles, enquanto Kauã era seu enteado.

Procurada, a Prefeitura de Li-

nhares, que administra o HGL, informou, por nota, que “atendendo a uma determinação judicial, forneceu a cópia do Boletim de Atendimento de Urgência (BAU) para ser anexado ao inquérito policial que apura o caso. Pontua que apenas as autoridades policiais e os advogados que atuam no caso poderiam ter tido acesso ao documento”.

A prefeitura frisou também que será aberta uma sindicância para apurar o vazamento do boletim.

TRAGÉDIA EM LINHARES

Polícia refaz passos de casal de pastores

Investigação apura onde George Alves e Juliana Salles estiveram antes e depois do incêndio

▲ BRUNELA ALVES
▲ LORETA FAGIONATO
▲ SAMIRA FERREIRA

A Polícia Civil recolheu na tarde de ontem mais imagens de câmeras de videomonitoramento, como parte da investigação do incêndio que matou os irmãos Kauã, 6, e Joaquim, 3, em Linhares. Segundo fontes ouvidas pela reportagem, o objetivo é acompanhar a movimentação do pastor George Alves e da esposa dele, Juliana Salles, nos dias anteriores e nos dias seguintes à tragédia. A polícia quer saber onde eles estiveram e com quem se encontraram nesses dois períodos.

A polícia conseguiu imagens de câmeras que estão no entorno das casas de familiares onde os pastores se hospedaram após a tragédia e também do circuito interno dos hotéis onde eles se hospedaram.

Ontem de manhã, houve uma reunião do delegado Romel Pio de Abreu Júnior, responsável pela investigação, com peritos da PC, outros delegados e bombeiros que participaram da coleta de provas no local do incêndio.

no encontro, que durou duas horas, foi definido o prazo para a apresentação dos laudos periciais, como laudo cadavérico, toxicológico, do DNA e do local.

Após a reunião, Romel informou à reportagem que o encontro serviu para avaliar o que já se tem até o momento em termos de investigação e para definir como a PC vai prosseguir agora. Todos os depoimentos que estavam marcados para acontecer na manhã de ontem foram adiados e, por enquanto, não há previsão de para quando serão remarcados.

À tarde, quem esteve na Delegacia Regional de Linhares foi a promotora do Ministério Público do Estado Rachel Tannenbaum. Ela é a responsável pelo caso no ór-

gão e disse que trabalha em parceria com o delegado e que os dois sempre se reúnem para acompanhar as investigações. Como o caso está sob sigilo de Justiça, ela não informou detalhes.

PERÍCIA PARTICULAR

Uma advogada que faz parte da defesa do pastor George afirmou à reportagem, ontem, que vai pedir autorização da PC para que uma perícia particular seja realizada na casa.

O incêndio aconteceu na madrugada de 21 de abril. As duas crianças morreram queimadas no quarto onde dormiam, na casa da família, no Centro de Linhares. George está preso desde o dia 28 de abril, acusado de atrapalhar as investigações.

FACEBOOK/GEORGE ALVES



Joaquim, 3, e Kauã, 6, morreram carbonizados

Reunião com delegado para definir investigação

Terminou às 12h40 de ontem a reunião conduzida pelo delegado Romel Pio com peritos da Polícia Civil, delegados e militares do Corpo de Bombeiros que trabalharam na coleta de provas na casa onde aconteceu a tragédia no Centro

de Linhares.

Ao final da reunião, Romel Pio afirmou que o encontro na 16ª Delegacia Regional de Linhares foi para avaliar o que se já tem até o momento em termos de investigação e como a Polícia Civil vai prosseguir daqui para

frente.

Participaram da reunião o comandante do Corpo de Bombeiros de Linhares, coronel Ferrari, outros três bombeiros, o delegado André Jaretta, a titular da Delegacia da Mulher de Linhares, Suzana Duarte Garcia, e o chefe do Departamento Médico Legal (DML) de Vitória, Wanderson Lugão.



George Alves e Juliana Salles: polícia quer saber quem eles encontraram

Advogados querem o andamento do inquérito

No final da tarde de ontem, por volta das 17h30, três advogados de defesa do pastor George estiveram na delegacia para pedir o andamento do inquérito policial. Eles foram recebidos pelo delegado Romel Pio.

Antes de se reunirem com o responsável pela in-

vestigação, os advogados contaram que protocolaram ontem o requerimento para uma perícia particular na casa onde aconteceu a tragédia. No entanto, Romel informou à imprensa que ainda não recebeu o pedido em mãos.

INDÍCIOS

Por volta de 18h20, a junta de advogados voluntários deixou o local. Na saída, um deles explicou o motivo de pedirem uma perícia particular. "Não há ainda indícios de provas e a gente está esperando que a perícia oficial saia para concluir o inquérito." Além disso, a defesa afirmou que não tem uma data para se pronunciar sobre o caso, já que corre sob sigilo de Justiça.

PROVAS

"Não há ainda indícios de provas e a gente está esperando que a perícia oficial saia para concluir o inquérito"

X. UM DOS ADVOGADOS QUE FAZ A DEFESA DO PASTOR GEORGE

MARCELO PREST - 23/04/2018

TRAGÉDIA EM LINHARES

Polícia analisa trajeto de pastores

Imagens de câmeras que mostram locais percorridos pelos pais das crianças que morreram em incêndio foram recolhidas

Francine Spinassé
Wilton Junior

Em mais um passo das investigações sobre as mortes dos irmãos Joaquim Alves Salles, 3, e Kauã Salles Butkovsky, 6, em um incêndio no quarto onde dormiam, em Linhares, a Polícia Civil analisa imagens de câmeras de videomonitoramento que mostram locais percorridos pelos pais das crianças.

A polícia recolheu registros de locais próximos à casa da família e de hotéis onde a pastora Juliana Pereira Salles Alves e o marido dela Georgeval Alves Gonçalves, o pastor George, 36, estiveram.

O pastor George está preso desde o último dia 28, no Centro de Detenção Provisória de Viana II. Sua prisão temporária, de 30 dias, foi decretada devido a contradições nos depoimentos prestados, para não atrapalhar as investigações e também porque há indícios de que ele teria modificado a cena onde ocorreu o incêndio.

REUNIÃO

Uma reunião que durou mais de três horas e meia, ocorrida ontem, na sede da Delegacia Regional de Linhares (DRL), traçou os rumos das investigações do caso.

Homens do Corpo de Bombeiros, incluindo o comandante do batalhão de Linhares, tenente-coronel Benício Ferrari, peritos da Polícia Técnico-Científica do Estado e o chefe do Departamento Médico Legal de Vitória, Wanderson Lugão, estiveram no gabinete do delegado Romel Pio de Abreu Júnior, responsável pelo inquérito.

De acordo com a polícia, o objetivo da reunião, que começou às 9h30, foi debater o trabalho que vem sendo realizado e obtido nas etapas da perícia, ocorridas desde o dia da tragédia, até o momento.

Outro assunto em pauta foi a forma como a polícia deverá prosseguir e conduzir as investigações. Ao final da reunião, nenhum dos participantes se pronunciou.



PASTORES George Alves e Juliana Salles Alves estiveram no DML dois dias após a tragédia para exames de DNA

Defesa diz que não há evidências de crime

A junta de advogados que está atuando na defesa do pastor Georgeval Alves, o pastor George, de 36 anos, esteve ontem na 16ª Delegacia Regional de Linhares (DRL) para analisar informações contidas nos autos do inquérito.

Segundo os advogados, até o momento, não há evidências concretas da autoria de qualquer crime por parte do pastor George. "Até que eles apresentem perícias que comprovem algo, não existe nada contra ele. Por isso, a nossa dúvida é o por que George continua preso."

Em relação a pedidos de relaxamento da prisão do pastor George, a defesa afirmou que não falará sobre a parte processual do caso para não "tumuluar" os trabalhos realizados.

Os advogados também afirmaram que protocolaram, na tarde de ontem, o pedido para que uma perícia particular fosse feita pela defesa. Um perito engenheiro elétri-



ADVOGADOS de defesa na delegacia

co veio de Minas Gerais para realizar o trabalho, mas aguarda a liberação do imóvel pelas autoridades, ainda sem prazo.

Sobre a solicitação da perícia particular, o delegado Romel Júnior disse, na tarde de ontem, que até aquele momento não havia chegado o documento com o pedido em suas mãos.

"Estamos trabalhando duro para dar respostas"

Sem dar detalhes sobre as investigações, o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Nylton Rodrigues, explicou que o momento é de deixar os policiais civis, investigadores e peritos criminais trabalharem na apuração da morte dos irmãos Joaquim Alves Salles e Kauã Salles Butkovsky.

"O que eu posso dizer para essas pessoas, que estão aflitas querendo respostas, é que nós estamos trabalhando duro para dar essas respostas", garantiu o secretário.

Segundo ele, os exames periciais estão acontecendo e existe prioridade na realização deles. Mesmo assim, frisou que não é possível dar prazos. "Os policiais são profissionais altamente preparados, e têm buscado incessantemente a verdade dos fatos. Duas crianças morreram, e isso é uma tragédia".

Promotora participa de reunião com delegado

A promotora Rachel Tannembaun, da Promotoria Criminal de Linhares, esteve ontem à tarde reunida por duas horas com o delegado Romel Pio de Abreu Júnior, na sede da Delegacia Regional de Linhares (DRL).

Ela é a responsável pelo acompanhamento do Ministério Público sobre as investigações que apuram as mortes das crianças Joaquim e Kauã. "O MP (Ministério Público) é a peça final do processo, por isso, acompanhamos as investigações", esclareceu a promotora.

Ela chegou à delegacia às 14 horas e deixou o local afirmando que as reuniões são frequentes com a equipe de delegados que investiga o caso.

"Há vários detalhes da investigação que ainda vão chegar à Polícia Civil, por isso, o tipo de prisão dele (George Alves) é temporária, justamente para o delegado e sua equipe poderem colher mais pro-

vas", reforçou a promotora.

Ela destacou também que o titular da ação penal é o Ministério Público. "Em caso de denúncia, é o Ministério Público que oferece a peça acusatória e vai fazer todo o processo de instrução e, eventualmente, o júri", finalizou a promotora Rachel Tannembaun.



PROMOTORA Rachel Tannembaun

Assembleia pode rever foro de 302

Deputados vão criar Comissão Especial na Casa para avaliar o benefício concedido a autoridades pela Constituição Estadual

Brunella França

O foro especial por prerrogativa de função – conhecido como foro privilegiado – de 302 autoridades, previsto exclusivamente na Constituição do Espírito Santo, poderá ser revisto pela Assembleia Legislativa.

Na tarde de ontem, o deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) propôs que seja criada na Casa uma Comissão Especial para analisar o foro privilegiado de autoridades públicas, previsto na Constituição Estadual. Se aprovada, a comissão será composta por três membros e terá prazo de 120 dias para analisar o assunto.

“Eu, pessoalmente, acho que o foro deve acabar em todos os níveis, em todas as circunstâncias. Mas, em relação à Constituição do Estado, a comissão deverá analisar até onde pode ir”, ressaltou Enivaldo.

Segundo o deputado, até a próxima quarta-feira a proposta deverá ser lida no plenário da Assembleia e os partidos comunicados para fazerem as indicações de nomes para compor a comissão.

“A nossa proposta é instalar a comissão a partir do dia 14, eleger o presidente e o relator, para já iniciar os estudos. Queremos nos manifestar sobre o tema neste mandato ainda”, complementou.

Atualmente, são 1.175 as autoridades que têm foro privilegiado no Estado, segundo estudo realizado pela Consultoria Legislativa do Senado. A maioria delas, 873 autoridades, tem o foro previsto na Constituição Federal, como é o caso dos próprios deputados estaduais, governador, juizes, desembargadores, prefeitos, conselheiros do Tribunal de Contas, além de deputados federais e senadores.

A restrição ou extinção do foro nesses casos só poderia ser feita pelo Supremo Tribunal Federal ou



ENIVALDO defende que o foro deve acabar, mas comissão terá de analisar

pelo Congresso Nacional, que está impossibilitado de votar a Proposta de Emenda à Constituição que trata da matéria devido à intervenção federal no Rio de Janeiro.

Presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, Ezequiel Turibio disse que é importante haver esse debate no Estado. “Entendo como uma continui-

dade do processo de modernização da nossa legislação”, destacou. O presidente da Comissão de Direito Constitucional da seccional capixaba da OAB, Claudio Colnago, exemplificou que o foro a procuradores do Estado e defensores públicos poderia ser extinto pela Assembleia porque está previsto apenas na Constituição Estadual.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

AUTORIDADES	FORO CRIMES COMUNS	FORO CRIMES DE RESPONSABILIDADE	QUANTOS SÃO
Vice-governador	Tribunal de Justiça	Assembleia Legislativa	1
Secretários de Estado	Tribunal de Justiça	TJ ou Assembleia Legislativa	24
Procurador-Geral do Estado	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	1
Procuradores do Estado	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	113
Defensores públicos	Tribunal de Justiça	Tribunal de Justiça	163
Total			302

FONTE: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA CONSULTORIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

ANÁLISE

“Decisão do STF poderá ter resultado contrário ao esperado”

“O julgamento do foro privilegiado pelo STF traz uma nova visão sobre a garantia constitucional, ao limitar a competência do Supremo aos julgamentos de processos sobre atos praticados por detentores de mandatos eletivos durante o cargo e que tenham relação com ele.

A decisão, por um lado, afastará grande número de processos do

STF, desafogando o Tribunal Constitucional. Por outro lado, poderá criar inúmeros problemas, inclusive com relação à autonomia do magistrado de 1º grau no enfrentamento de processos em face de autoridades federais. Isso sem contar que poderá, em vez de acelerar o fim do processo, estendê-lo, considerando que poderão ser percorridas três

instâncias até o resultado final.

É importante frisar, ainda, que o exame quanto a ser ou não o ato vinculado ao exercício do cargo implicará em avaliação pelo STF, o que poderá criar mais uma fase processual a ser vencida na Corte. Se o STF não modular os efeitos dessa decisão, poderá ter o dissabor de obter resultado oposto ao pretendido”.

Luiz Octávio Coelho, advogado especialista em Direito Constitucional



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

LEONEL XIMENES



Enquanto milhões não têm onde morar, uma minoria de privilegiados ainda recebe o auxílio-moradia. Que país é este?

Prazo dos infiéis

Nesta segunda vence o prazo para que os partidos possam requerer na Justiça o mandato dos vereadores que deixaram suas legendas sem justa causa.

Cláudio Rezende e João Marcos Machado

São, respectivamente, presidente do Sindilates e presidente de uma cooperativa de laticínios

/// A concorrência desleal afetou pequenos produtores capixabas, que perderam competitividade e viram seus produtos desaparecerem das gôndolas

Justiça ao leite do ES

A indústria capixaba de laticínios recebeu investimentos em tecnologia que ampliaram sua competitividade nos últimos anos, principalmente na produção de leite UHT. Diante do fortalecimento do setor, Estados vizinhos, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, receberam incentivos fiscais e criaram barreiras protecionistas contra o leite UHT capixaba.

Passamos a pagar 18% e 20% de ICMS para colocar nossos produtos em supermercados mineiros e fluminenses, respectivamente, enquanto produtores vizinhos pagam apenas 12% de alíquota no Espírito Santo. A concorrência desleal afetou pequenos produtores capixabas, que perderam competitividade e viram seus produtos desaparecerem das gôndolas.

Dados do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Espírito Santo (Sindilates) revelam a gravidade do cenário atual. A cadeia produtiva do leite gera cerca de 50 mil empregos no Estado e envolve mais

de 10 mil propriedades rurais de agricultura familiar, desenvolvendo regiões de baixo IDH e prevenindo o êxodo rural. A atividade leiteira irradia oportunidades durante todas as estações do ano, movimentando comércio, serviços e transportes.

A cada R\$ 1 milhão em produtos demandados, a indústria de laticínios gera 197 empregos, número superior a indústrias tradicionais da economia, como construção civil, siderurgia, têxtil e automotiva. Queremos fortalecer este segmento importante para o Espírito Santo, produzir nosso próprio leite e vendê-lo a preço justo ou apenas transferir nossas riquezas para Estados vizinhos?

Sabemos que é preciso realizar um esforço conjunto, envolvendo as principais instituições do Estado, para estimular a ampliação da produção leiteira – a exemplo de programas como “Balde Cheio” e “Mais Leite”, do Sebrae. Rejeitar o projeto em discussão na Assembleia Legislativa condenaria produtores e indústria a venderem leite cru, sem valor agregado, para Estados vizinhos. A aprovação, no entanto, preservará empregos e garantirá que nossas riquezas se transformem em oportunidades para nossa gente.



BENEFÍCIO

Cármen Lúcia e juízes discutem auxílio-moradia em reunião

Presidente do STF, no entanto, disse que aguarda conciliação sobre o assunto

⚡ A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, discutiu, ontem, sobre o auxílio-moradia de juízes e membros do Ministério Público com representantes de associações de magistrados. O assunto, que seria julgado na Corte Suprema, está sendo tratado na Câmara

de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União (AGU).

A ministra disse durante a audiência que aguarda a conclusão da negociação até junho deste ano para elaborar a proposta orçamentária do Poder Judiciário que será enviada ao Congresso Nacional, informa a assessoria do STF. “Ou sairá uma proposta objetiva sobre o assunto ou teremos que ter outro caminho. Espero

que aconteça a conciliação”, afirmou Cármen.

PERFIL

A presidente ainda pediu aos representantes das associações que solicitem aos juízes dos Estados para que respondam o perfil dos magistrados brasileiros, elaborado pelo CNJ, que deve ajudar na elaboração do orçamento. “Quero anunciar o perfil no dia 11 de agosto e um número significativo de juízes ainda não respondeu. (Agência Estado)

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS E MARCELO DE MORAES | colunadoestadao@estadao.com

PRECEDENTE. A decisão da Segunda Turma do STF de retirar das mãos do juiz Sérgio Moro trechos da delação da Odebrecht envolvendo Lula não é inédita.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

Mandato vitalício

De todos os entrevistados, apenas 25,7% concordam com a legislação atual de mandato vitalício (até 75 anos) para os ministros do STF.

Ensino superior

Entre brasileiros com escolaridade de nível superior, 71,1% apoiam o fim do sistema atual de mandato vitalício para ministros do STF.



STF x candidatos

Só 3,6% dos entrevistados não opinaram sobre o mandato de ministros do STF. Na pesquisa de intenção de votos, esse índice vai a quase 8%.

PAINEL

Soma dos fatores

O potencial de uma eventual candidatura de Joaquim Barbosa à Presidência entrou no radar não só de integrantes do PSB que antes resistiam à ideia de tê-lo como representante como também nos cálculos de siglas que têm o partido do ex-presidente do STF como possível aliado nas disputas estaduais.



CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odlanet.com.br

“ Não tem a menor possibilidade de prosperar ”

Michel Temer, sobre a terceira denúncia da PGR no inquérito dos Portos

Para 55,3%, opinião pública influencia o STF

Levantamento exclusivo do instituto Paraná Pesquisa para o site Diário do Poder avaliou quanto os entrevistados acreditam que a opinião pública exerce influência sobre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamentos de casos polêmicos, como o do ex-presidente Lula: 55,3% concordam que os ministros sofrem influência e 37,3% não acreditam que os ministros são influenciados pela opinião pública.

Desconfiança

Eleitores de 25 a 34 anos são os que mais acreditam na influência da opinião pública no STF: para 56,9%, os ministros são influenciados.



Confiança

São eleitores formados no Ensino Superior os que menos acreditam na influência da opinião pública sobre o STF: 42,2% não acreditam.

PAINEL

Lei de Newton

A decisão do STF de restringir o foro especial apenas para deputados e senadores fez ressurgirem no Congresso discussões sobre projetos que podem coibir o que parlamentares chamam de práticas abusivas de membros do MP e do Judiciário.

CONTRAPONTO

Ainda é o melhor remédio

Quebrando o clima tenso que ultimamente domina a Corte, ministros do STF concluíram em cerca de 15 minutos e entre risos uma reunião administrativa que fizeram no dia 25 de março. “Esperem! Vou votar!”, disse Luis Roberto Barroso, que acabou chegando atrasado. “Justiça tardia, não...”, provocou Cármen Lúcia. Vencido, Barroso perguntou aos demais o que tinha sido decidido. “Pagamento de retroativos a quem tem menos de 50 anos!”, disparou Alexandre de Moraes, o único que se encaixa na faixa etária na atual composição do tribunal.